



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Rio dos Índios**

**PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º 047/2023**

*Revoga a Lei N.º 453/02 e Cria o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC), o Conselho Municipal de Defesa Civil (CMPDC), a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMDEC) e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMDEC) e dá outras providências.*

**FLAVIO GOLIN**, Prefeito Municipal de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul., no uso de suas atribuições legais, encaminha à apreciação, discussão e votação, pela Câmara Municipal, o seguinte projeto de lei:

**CAPÍTULO I**

**DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SIMPDEC.**

**Art. 1.º** Fica criado o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil de Rio dos Índios, RS, mediante atuação conjunta do Poder Público Municipal, Estadual e Federal e das entidades não governamentais, com o objetivo de implantar e manter uma política permanente de prevenção, controle e enfrentamento de situações de emergência ou calamidades públicas, em consonância com a Lei 12.608 de 10 de abril de 2012.

§ 1.º O Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMPDEC atuará integrado com os demais sistemas congêneres Municipais, Estaduais e Federais, mantendo estrito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para ações e esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

§ 2.º São objetivos do SIMPDEC:

I - cumprir com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Defesa Civil - PNDEC, bem como com as competências exclusivas dos municípios e com aquelas de responsabilidade comum com os demais Entes Federados.

*[Handwritten signature]*



## Estado do Rio Grande do Sul Município de Rio dos Índios

II - promover ações estruturantes de prevenção, treinamento e educação em defesa civil.

III - planejar e promover a defesa permanente contra desastres.

IV - prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas por desastres e recuperar áreas por eles deterioradas.

V - atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais sistemas municipais, estadual ou nacional de defesa civil.

§ 3.º Integram o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMPDEC:

I - com atuação permanente:

a) O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - CMPDC, designado nos termos desta Lei;

b) O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUMDEC;

c) A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC;

d) O Grupo Integrado de Atividades Coordenadas, constituído por servidores contratados e/ou designados pela Administração Municipal, além dos membros indicados pelos responsáveis das entidades listadas nos incisos XI a XVIII do § 2.º do Art. 2.º da Presente Lei.

### CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO PERMANENTE SEÇÃO I

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - CMPDC

**Art. 2.º** Fica instituído o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - CMPDC do Município de Rio dos Índios, RS, vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Administração, com a finalidade de deliberar sobre a política municipal de defesa civil.

§ 1.º Compete ao Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - CMPDC, tendo em vista sua função de órgão de assessoramento do Poder Executivo de Rio dos Índios, desenvolver as seguintes atividades:

I - deliberar sobre a política municipal de defesa civil;



## Estado do Rio Grande do Sul

# Município de Rio dos Índios

II - promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Civil, observada sua autonomia de atuação e suas instâncias de deliberação;

III - coletar, processar e disponibilizar informações e dados históricos ou estatísticos relativos à Defesa Civil;

IV - atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais órgãos dos municípios da região, federais e estaduais de Defesa Civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade.

§ 2.º O CMPDC (Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil) será presidido pela Coordenador de Defesa Civil Municipal e constituído de representantes governamentais e não governamentais das seguintes unidades, órgãos ou entidades:

- I - Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;
- II - Secretaria Municipal de Obras
- III - Secretaria Municipal de Saúde;
- IV - Secretaria Municipal de Assistência Social;
- V - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- VI - Secretaria Municipal de Agricultura;
- VII - Secretaria Municipal de Administração;
- VIII - Representante da Brigada Militar;
- IX - Emater;
- X- Cooperativas agrícolas.

§ 3.º O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será designado pela Chefe do Poder Executivo Municipal, observando indicação pelas unidades, órgãos ou entidades relacionadas no parágrafo anterior, com definição do Presidente, à qual competirá convocar, dirigir e organizar as atividades da mesma.

f



## Estado do Rio Grande do Sul Município de Rio dos Índios

§ 4.º Para cada membro será indicado um suplente que substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimento do titular.

§ 5.º No exercício de suas atividades, poderá o CMPDC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeitas as populações, em decorrência da calamidade pública e fenômenos anormais.

§ 6.º A participação no Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

**Art. 3.º** Compete ainda ao CMPDC, além das competências previstas no § 1.º e incisos do Art. 2.º desta Lei, supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC, criado por esta lei, através das seguintes ações:

- I - fixar as diretrizes operacionais do FUMDEC;
- II - ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação de recursos financeiros disponíveis;
- III - sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;
- IV - disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;
- V - decidir sobre a aplicação dos recursos;
- VI - analisar e aprovar anualmente as contas do FUMDEC;
- VII - promover o desenvolvimento do FUMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;
- VIII - apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;
- IX - definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

### SEÇÃO II

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUMDEC

**Art. 4.º** Fica criado, em conformidade com o disposto da Lei Federal n.º 4.320/64, O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Rio dos Índios (FUMDEC), pelo Chefe do Poder Executivo e Gerida pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

f





## Estado do Rio Grande do Sul Município de Rio dos Índios

§ 1.º O orçamento do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil integrará o Orçamento Municipal do Gabinete do Prefeito, observando, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na Legislação pertinente.

§ 2.º O Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC é um órgão captador e aplicador dos recursos financeiros apurados com a finalidade de prover as ações preventivas, de socorro e assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

§ 3.º O FUMDEC tem duração indeterminada, natureza contábil e gestão autônoma.

**Art. 5.º** Compete ao Órgão Gestor do FUMDEC:

- I - administrar recursos financeiros;
- II - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pelo CMPDC;
- III - preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos a serem efetuados;
- IV - prestar contas da gestão financeira;
- V - desenvolver outras atividades estabelecidas pela Chefe do Poder Executivo Municipal, compatíveis com os objetivos do FUMDEC.

**Art. 6.º** Constitui receita do FUMDEC:

- I - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- II - verbas repassadas pela Defesa Civil da União, ou do Estado e de outros órgãos oficiais;
- III - os recursos transferidos pela União, Estado ou Município, ou por suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações;

f



## Estado do Rio Grande do Sul Município de Rio dos Índios

IV - os auxílios, doações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeiras, destinados a prevenção de desastres, socorro, assistência e reconstrução;

V - doações, auxílios, contribuições, legados e outros recursos que lhe sejam legalmente destinados por pessoal física ou jurídica;

VI - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

VII - Doações em espécies feitas diretamente ao Fundo;

VIII - os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública, não aplicada e ainda disponível;

IX - outros recursos que lhe forem legalmente atribuídos.

X - Recursos oriundos de termos de ajustamentos de conduta com o Ministério Público Gaúcho.

§1.º As Receitas previstas neste artigo serão automaticamente transferidas para a conta do Fundo Municipal de Defesa Civil, tão logo sejam realizadas.

§2.º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial, sob a denominação – Fundo Municipal de Defesa Civil.

**Art. 7.º** A estrutura orçamentária do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil integrará o Orçamento Geral do Município, em item próprio, constituindo-se em Unidade Orçamentária deste.

§ 1.º A Contabilização do FUMDEC - Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, será realizada pela Contabilidade do Município.

4



## Estado do Rio Grande do Sul Município de Rio dos Índios

§ 2.º A movimentação de recursos financeiros do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil, serão realizadas por meio de conta corrente específica, ficando tais recursos de receitas auferidas, vinculadas a realização e cobertura de despesas do próprio FUMDEC, sendo o saldo positivo do fundo apurado em balanço, transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

**Art. 8.º** As disposições pertinentes ao Fundo, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo.

**Art. 9.º** Em caso de dissolução ou encerramento das atividades do FUMDEC - Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, os recursos serão transferidos ao órgão central da administração municipal para serem aplicados em despesas inerentes à manutenção e custeio de ações de Defesa Civil.

**Art. 10.** O FUMDEC será implementado no exercício fiscal de 2023 e suas dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do município a partir de 2023.

### SEÇÃO III DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMDEC

**Art. 11.** Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC do Município de Rio dos Índios/RS, diretamente vinculado ao Chefe do Poder Executivo Municipal ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de Defesa Civil nos períodos de normalidade e anormalidade.

**Art. 12.** Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres naturais e os incidentes tecnológicos, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social.



## Estado do Rio Grande do Sul Município de Rio dos Índios

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.

III - Situação de Emergência: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta.

IV- Estado de Calamidade Pública: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

**Art. 13.** A COMDEC manterá, com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos do Sistema Nacional de Defesa Civil.

**Art. 14.** A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

**Art. 15.** A COMDEC compor-se-á de:

- I - Coordenador;
- II - Secretaria;
- III - Setor Técnico;
- IV - Setor Operativo.

**Art. 16.** Os integrantes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil serão indicados pela Chefe do Poder Executivo Municipal.

### SEÇÃO IV

#### DO GRUPO INTEGRADO DE ATIVIDADES COORDENADAS - GRAC

**Art. 17.** Fica criado o Grupo Integrado de Atividades Coordenadas de Proteção e Defesa Civil (GRAC), presidido pela Chefe do Poder Executivo



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Rio dos Índios**

Municipal, ou seu substituto legal e constituído nos moldes da alínea "d", inciso I, § 3º, Art. 1º da presente lei, ao qual compete:

I - propiciar apoio técnico e operacional à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

II - colaborar na formação de banco de dados e mapa força dos recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência e recuperação;

III - engajar-se nas ações de socorro e assistência, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas, quando o exigir o interesse da defesa civil;

IV - manter-se em regime de reunião permanente, em caso de situação de emergência ou calamidade pública que atinjam o município ou a região;

V- executar, nas áreas de competência de cada órgão, as ações determinadas pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, visando atuação conjugada e harmônica.

**Art. 18.** Os servidores públicos municipais convocados para colaborar nas ações de emergência ou de calamidade pública exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

*Parágrafo único.* A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço público relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

**Art. 19.** A decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública incumbe ao Chefe do Poder Executivo, após análise das informações repassadas pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

§ 1.º O decreto municipal identificará os locais ou áreas afetadas e respectivamente estabelecerá quais os efeitos que sobre eles incidirão e o prazo de vigência em conformidade ao inciso IV do art. 24 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

*f*



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Rio dos Índios**

§ 2.º Adotada a situação de emergência ou estado de calamidade pública, o decreto municipal deverá ser imediatamente remetido à Defesa Civil Estadual e à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

§ 3.º Adotada a situação de emergência ou estado de calamidade pública, se necessário for, a Chefe do Poder Executivo Municipal poderá decretar cessamento dos afastamentos de férias dos servidores municipais.

§ 4.º Os eventos anormais e adversos serão notificados à Defesa Civil Estadual e ao Coordenador Regional de Proteção e Defesa Civil no prazo de até doze horas, mesmo que não caracterizem situação de emergência ou estado de calamidade pública.

**CAPÍTULO III**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 20.** O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a firmar acordos, ajustes ou convênios de cooperação técnica, operacional ou financeira com órgãos ou entidades, governamentais ou não governamentais, bem como com os demais entes da federação, para implemento de ações de proteção e defesa civil no Município de Rio dos Índios.

**Art. 21.** Os casos omissos serão objeto de regulamentação pela Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante decreto.

**Art. 22.** Fica revogada a Lei Municipal n.º 453/2022, bem como quaisquer outras disposições em contrário.

**Art. 23.** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Rio dos Índios, 16 de novembro de 2023:

  
**Flavio Golin**  
Prefeito Municipal





Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Rio dos Índios**

**MENSAGEM JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente e Nobres Vereadores,

Temos a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei em anexo, que objetiva "Criar o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC), o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (CMPDC), a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMDEC) e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil" (FUMDEC)."

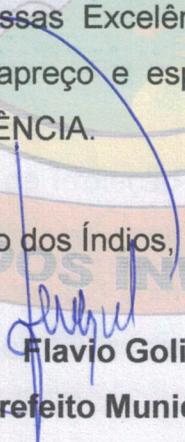
O Projeto inclui as novas diretrizes da Política Nacional de Defesa Civil a serem adotadas por todos os órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil e estabelece os princípios fundamentais sobre o assunto.

Este Projeto, se transformado em Lei irá fortalecer o Poder Público Municipal consoante a disciplina, a ordem e a conduta dos trabalhos decorrentes de eventos anormais e adversos, possibilitando ainda a obtenção de recursos estaduais e federais.

Assim, pelo interesse público de que se reveste a presente iniciativa, confio na aprovação do incluso Projeto de Lei, que solicito seja apreciado e votado o quanto antes seja possível por esta colenda Câmara Municipal.

No ensejo, renovo a Vossas Excelências e a seus ilustres pares as expressões do mais elevado apreço e especial consideração e pedimos a apreciação em caráter de URGÊNCIA.

Prefeitura Municipal de Rio dos Índios, 16 de novembro de 2023

  
Flavio Golin

Prefeito Municipal